

PALAVRA DE ESPERANÇA

REFLEXÕES A PARTIR DA *VERBUM DOMINI*

Celso Loraschi*

Resumo

Este artigo consiste num comentário da terceira parte da Exortação Apostólica Pós-Sinodal “Verbum Domini”. O autor expõe sinteticamente a estrutura geral do documento para, em seguida, refletir sobre o que está contido na última parte intitulada de Verbum Mundo, referindo-se à missão da Igreja como anunciadora da Palavra de Deus ao mundo. Constitui-se em Palavra de esperança, relacionada ao compromisso social no empenho de promoção dos direitos humanos, de liberdade, de reconciliação e de fraternidade universal.

Palavras-chave: *Palavra de Deus. Verbum Domini. Compromisso no mundo. Direitos Humanos. Liberdade. Justiça. Esperança. Fraternidade universal.*

Abstract

This article consists of a commentary on the third part of the Post-Synodal Apostolic Exhortation “Verbum Domini”. The author briefly outlines the general structure of the document and then reflects on what is contained in the last part entitled Verbum Mundo, referring to the mission of the Church as the herald of the Word of God to the world. It is a Word of hope, related to social commitment in the promotion of human rights, freedom, reconciliation and universal fraternity.

Keywords: *God’s word. Verbum Domini. Commitment in the world. Human rights. Freedom. Justice. Hope. Universal fraternity.*

Introdução

A Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Verbum Domini* (VD) é o resultado da 12ª Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, ocorrida no Vaticano nos

* Professor de Estudos Bíblicos nos Cursos de Extensão e Pós-Graduação na Faculdade Católica de Santa Catarina – Florianópolis/SC.

dias 5 a 26 de outubro de 2008, tendo como tema “A Palavra de Deus na vida e na missão da Igreja”. Constitui-se num documento importante como guia para a recepção, o estudo e a vivência da Palavra de Deus. O Sínodo foi precedido por um longo processo de preparação a partir dos *Lineamenta* (subsídio preparatório à Assembleia) em que participaram inúmeras comunidades espalhadas no mundo, sugerindo questões para serem refletidas na Assembleia. Foi louvável a metodologia participativa e a ausculta atenta dos padres sinodais a respeito das interpelações que emergiram do grande mutirão de cristãos católicos inseridos em suas comunidades eclesiais.

Já na introdução do documento encontra-se a informação de que os pastores do mundo inteiro, congregados ao redor da Palavra de Deus, com a Bíblia colocada simbolicamente no centro, fizeram a experiência da partilha de esperanças e preocupações a partir do que “o Senhor está a realizar no Povo de Deus”, inclusive com a participação de delegados fraternos, entre os quais o patriarca ecumênico de Constantinopla e um rabino judeu. A centralidade da Palavra provoca aproximação, respeito, diálogo, acolhida da alteridade e reconhecimento de que Deus continua agindo na história humana, vê o sofrimento dos povos, ouve o seu clamor e oferece-lhe caminhos de libertação.

A comunicação amorosa de Deus desde o princípio do mundo chega à sua plenitude em Jesus Cristo, a Palavra que se fez carne. Pelos seus ensinamentos e sua prática abriu-nos o caminho para um mundo novo. A realização de sua proposta de vida em abundância sem exclusão é tarefa de todos os seus discípulos. *Verbum Domini* (n. 2) afirma categoricamente: “Não existe prioridade maior do que esta: reabrir ao homem atual o acesso a Deus, a Deus que fala e nos comunica o seu amor para que tenhamos vida em abundância” (cf. Jo 10,10).

Estrutura da *Verbum Domini*

Além da introdução (n. 1-5) e da conclusão (n. 121-124), a VD está estruturada em três partes. A primeira, *Verbum Dei* (n. 6-49), enfatiza a iniciativa de Deus de se comunicar com o desejo de dialogar conosco. Aborda as dimensões cósmica e escatológica da Palavra, a relação íntima entre a Tradição e a Escritura, a missão do Espírito Santo sem o qual se torna impossível compreender o texto sagrado. No centro da revelação divina está o acontecimento Jesus Cristo, a Palavra que se fez carne, abrindo para o ser humano “a possibilidade de percorrer o caminho que o conduz ao Pai (cf. Jo 14,6), para que no fim ‘Deus seja tudo em todos’” (1Cor 15,28) (n. 20). Na medida em que acolhemos a Palavra revelada na vida e na Bíblia, estabelece-se e aprofunda-se o diálogo com Deus, no qual “compreendemo-nos a nós mesmos e encontramos resposta para as perguntas mais profundas que habitam no nosso coração. De fato, a Palavra de Deus não se contrapõe ao ser humano, nem mortifica os seus anseios verdadeiros; pelo contrário, ilumina-os, purifica-os e realiza-os” (n. 23). É necessário, no entanto,

evitar as falsas interpretações da Sagrada Escritura como as fundamentalistas ou espiritualistas. Para isso, é importante adotar “um critério fundamental da hermenêutica bíblica: *o lugar originário da interpretação da Escritura é a vida da Igreja*” (n. 29). A Igreja entendida não como uma instituição exclusivista, mas aberta ao diálogo com outras Igrejas cristãs, com outras tradições religiosas e expressões culturais, visando a fraternidade no mundo.

A segunda parte, *Verbum in Ecclesia* (n. 50-89), destaca a Igreja como sendo a casa da Palavra de Deus onde Cristo é acolhido. “Quando o ser humano, apesar de frágil e pecador, se abre sinceramente ao encontro com Cristo, começa uma transformação radical: ‘A todos os que o receberam, deu-lhes o poder de se tornarem filhos de Deus’ (Jo 1,12). Receber o Verbo significa deixar-se moldar por Ele...” (n. 50). A liturgia é o lugar privilegiado da Palavra de Deus, manifestando sua dimensão sacramental: ao proclamar a Palavra na celebração reconhecemos que é o próprio Cristo que se faz presente e se dirige a nós, propondo seu projeto de Vida sem exclusão, e mais: “Quando Ele fala em ‘comer a minha carne e beber o meu sangue’ (Jo 6,53), embora estas palavras se possam entender do Mistério [eucarístico], todavia também a Palavra da Escritura, o ensinamento de Deus, é verdadeiramente o corpo de Cristo e o seu sangue” (n. 56). Pela Palavra da Bíblia, portanto, aprendemos a conhecer Jesus Cristo, entrar em íntima comunhão com Ele e seguir os seus passos. Daí a importância dos estudos bíblicos. São Jerônimo alertava: “Ignorar as Escrituras é ignorar a Cristo”. O centro da vida das comunidades cristãs é a Palavra de Deus, a qual deve ser vivida e incrementada não como uma “pastoral bíblica” em justaposição com outras pastorais, mas como *animação bíblica da pastoral inteira* (n. 73), sendo que “o sujeito vivo da Sagrada Escritura é o Povo de Deus, é a Igreja. A Escritura não pertence ao passado... A Palavra está sempre viva no sujeito vivo” (n. 86).

A terceira parte, intitulada *Verbum Mundo* (n. 90-120), concentra-se na missão da Igreja como anunciadora da Palavra de Deus ao mundo. Somos destinatários da revelação divina, mas também arautos. “O Espírito do Ressuscitado habilita a nossa vida para o anúncio eficaz da Palavra em todo o mundo, à maneira da primeira comunidade cristã ao difundir a Palavra por meio da pregação e do testemunho” (n. 91). O que recebemos de graça, temos a responsabilidade de transmitir. É um direito de toda a humanidade de conhecer “a Verdade que liberta” (Jo 8,32). Dediquemos maior atenção a esta terceira parte.

Palavra da Esperança

Todo ser humano necessita da Esperança. Ela proporciona sentido profundo a tudo o que realizamos. Deus que se manifestou na história de Israel, culminando na encarnação do seu Filho, continua saciando a fome de sentido tão presente nos tempos atuais. As pessoas, em todas as culturas, buscam a Deus, origem e fonte

de todo o bem, mesmo que não tenham disso uma clara consciência. Ele está mais próximo e íntimo do que imaginamos. Às apalpadelas, como dizia São Paulo aos ouvintes no areópago de Atenas, o procuramos, pois “nele vivemos, nos movemos e existimos” (At 17,27-28).

Para proporcionar o verdadeiro encontro com o Deus da Vida faz-se necessário que a sua Palavra seja anunciada sempre de novo, de modo persuasivo, com inteireza e ousadia, na certeza de sua eficácia. Ela não se constitui numa “bela filosofia ou utopia, mas antes como uma realidade que se pode viver e que faz viver” (n. 97). Para isso somos enviados ao mundo por Jesus, assim como Ele foi enviado pelo Pai, como servidores da Palavra libertadora, cujo conteúdo é o Reino de Deus. “Não se trata de uma palavra anestesiante, mas desinstaladora, que chama à conversão, que torna acessível o encontro com Cristo, através do qual floresce uma humanidade nova” (n. 93).

O documento insiste na estreita relação entre o testemunho de vida e a Palavra de Deus, condição para a credibilidade do anúncio. Assim como Jesus Cristo é a testemunha da Verdade (Jo 18,37) na total fidelidade ao Pai, também os seus seguidores deverão proclamar com a própria vida a Boa-Nova da verdade do amor infinito de Deus.

Compromisso no mundo

A *Verbum Domini* chama a atenção para o irrenunciável vínculo entre a Palavra de Deus e o compromisso no mundo, acolhendo o clamor das pessoas em situação de vulnerabilidade (cf. n. 99-108). Com base no texto de Mt 25,31-46 afirma que a Palavra de Deus nos ajuda “a rever em profundidade a própria vida, porque toda a história da humanidade está sob o juízo de Deus”. A revisão de vida torna-se um imperativo sobretudo em tempos de superficialidades, de correrias sem rumo em busca de satisfações egoístas, de insensibilidade com relação às aflições a que é submetida grande parte da humanidade. Constatamos também a proliferação de práticas religiosas alienantes, onde a Bíblia é usada como forma de legitimação do poder, caindo naquelas mesmas tentações demoníacas das quais Jesus se libertou (cf. Lc 4,1-13) e colocou em alerta os seus discípulos para não sucumbir nelas: “Cuidado! Guardai-vos do fermento dos fariseus e do fermento de Herodes” (Mc 8,15).

O tempo histórico de cada pessoa precisa ser assumido com responsabilidade ética: “Detemo-nos muitas vezes superficialmente no valor do instante que passa como se fosse irrelevante para o futuro”. À luz das orientações do Evangelho, sintetizadas no texto de Mateus citado acima, a maneira como vivemos o tempo presente condiciona o futuro, não só porque Deus vai pedir contas após a morte (seria um constrangimento que Deus não impõe a ninguém), mas porque somos responsáveis pela herança que deixaremos para as novas gerações.

“Rever em profundidade a própria vida” requer a consciência de que nossa origem é divina, criados à imagem e semelhança de Deus, dependentes uns dos outros e responsáveis pela defesa e promoção da vida digna sem exclusão. “Quando anunciamos o Evangelho, exortamo-nos reciprocamente a cumprir o bem e a empenhar-nos pela justiça, pela reconciliação e pela paz” (n. 99).

A tradição de fé judaico-cristã está intimamente relacionada com o empenho pela justiça social. A própria formação do povo de Israel se deu a partir de um movimento pela libertação da opressão e pelo estabelecimento de uma sociedade justa. Dentro deste movimento Deus revelou seu rosto e seu plano de salvação. Firmou uma Aliança com seu povo. Na fidelidade e com misericórdia jamais o abandonou.

Os profetas foram os arautos da justiça. São pessoas inundadas pelo Espírito de Deus e defensoras da sagrada Aliança. São, ao mesmo tempo, inundadas pela dor das vítimas dos sistemas de poder. Mergulham para dentro da alma das pessoas sofredoras e tornam-se portadoras da Palavra que liberta. São consumidas pelo zelo em favor da causa do Senhor que é a mesma causa do povo oprimido. Inquietos e indignados, os profetas desmascaram as atitudes de exploração e de injustiça. Mesmo no meio de crises provenientes de conflitos e perseguições alimentam sua missão cultivando íntima amizade com Deus que os sustenta e os instrui. Misteriosas e fascinantes são esta força e esta luz que fazem pessoas fracas se tornarem tão lúcidas e tão corajosas. Com liberdade e ousadia denunciam a opressão da classe dirigente e a falsidade das práticas culturais quando desvinculadas do compromisso com os pobres. Não só denunciam, mas apontam quais as atitudes que agradam verdadeiramente a Deus.

A justiça, conforme a *Verbum Domini*, é o caminho que torna o mundo mais habitável. Tem “valor precioso aos olhos de Deus” todo esforço realizado em prol de um mundo justo. O texto de Mt 25,31-40 aponta como a justiça pode ser promovida. Ela passa pela relação com os “pequeninos” com os quais Jesus se identifica. “Deste modo é a própria Palavra de Deus que nos recorda a necessidade do nosso compromisso no mundo e a nossa responsabilidade diante de Cristo, Senhor da História” (n. 99-100).

A missão profética

É fácil deixar-nos cooptar pela ideologia dominante e nos acomodar no “faz de conta”, assumindo a indiferença como um jeito natural de ser. A palavra de Deus, porém, vem para nos desinstalar. Jesus, a Palavra que se fez carne, em continuidade à missão profética, rompeu com a tríplice dimensão do poder (política, religiosa e econômica), fez-se solidário com o sofrimento das vítimas e lhes propôs o Reino de Deus que é fraternidade, justiça e paz.

A missão profética é um traço constitutivo da identidade da Igreja. É prolongamento da missão de Jesus Cristo. “O compromisso pela justiça e a transformação do mundo é constitutivo da evangelização” (n. 100). A realidade do povo e a Palavra de Deus contida na Bíblia alicerçam esta missão. É Palavra de Deus enquanto promove a vida e nos torna verdadeiros. Ela “é viva e eficaz e mais penetrante do que qualquer espada de dois gumes; penetra até dividir alma e espírito, articulações e medulas. Julga os pensamentos e as intenções do coração. Não há criatura que possa ocultar-se diante dela. Tudo está nu e descoberto aos olhos daquele a quem devemos prestar contas” (Hb 4,12-13).

É bom lembrar que a mensagem profética não se dirige apenas aos detentores do poder a fim de que desçam de seus tronos. Ela também deve atingir a consciência das pessoas empobrecidas para que vivam os valores da partilha, da solidariedade e do amor mútuo. Visa devolver ao povo oprimido a capacidade de pensar e agir segundo o projeto de Deus, desvencilhando-se da dependência passiva e das mesmas atitudes egoístas dos ricos e poderosos. Todos nós necessitamos de profunda conversão. A justiça social se conquista a partir de uma nova consciência e organização dos pequenos. São protagonistas de um novo tempo. Por causa deles Jesus exultou de alegria e dirigiu-se ao Pai desse modo: “Eu te louvo, ó Pai, Senhor do céu e da terra, porque ocultaste essas coisas aos sábios e entendidos, e as revelaste aos pequeninos. Sim, ó Pai, porque assim foi do teu agrado” (Lc 10,21).

Santidade política

Verbum Domini (n. 100) valoriza a ação dos que estão empenhados em funções políticas. “A evangelização e a difusão da Palavra de Deus devem inspirar a sua ação no mundo à procura do verdadeiro bem de todos, no respeito e promoção da dignidade de toda a pessoa”. O Papa Paulo VI na carta apostólica *Octogesima Adveniens* (n. 46) lembrou que “a política é uma maneira exigente de viver o compromisso cristão, ao serviço dos outros”. É a efetivação da caridade. Daí a importância de uma “santidade política” que se traduz em ações concretas que viabilizem as condições necessárias para a vida digna de todos.

Muitos “políticos santos” deram sua vida pela causa da justiça social. Seu testemunho inspira os “santos políticos” atuais. Porém, há um longo caminho a percorrer quando se trata de acertar o rumo para o estabelecimento de uma sociedade justa e igualitária e, especialmente, de agir coerentemente com este objetivo. A idolatria do dinheiro e do poder proporciona a corrupção em todos os níveis, conforme constatamos cotidianamente. A Igreja tem “o direito e o dever de intervir sobre as questões éticas e morais que dizem respeito ao bem das pessoas e dos povos”. E aos leigos, sobretudo, cabe-lhes “intervir diretamente na ação social e política”. É importante para isso que sejam bem formados na escola do Evangelho e da Doutrina Social da Igreja.

Direitos Humanos

A importância da defesa e promoção dos *direitos humanos de toda pessoa* vem no documento como uma chamada de atenção geral (n. 101). Evocando a Carta Encíclica de João XXIII *Pacem in Terris*, lembra que estes direitos são “universais, invioláveis e inalienáveis”. Acaba de ser celebrado o 70º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos pela Organização das Nações Unidas (ONU, 10 de dezembro de 1948). Em seu artigo primeiro declara que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”. Também na atual Constituição Brasileira estão declarados os direitos individuais e sociais (artigos 5 a 7). O Programa Nacional dos Direitos Humanos visa proteger os direitos humanos como direitos de todos. O Movimento Nacional dos Direitos Humanos (MNDH), em sua Carta de Princípios, “afirma que os direitos humanos são, fundamentalmente, os direitos das maiorias exploradas e das minorias espoliadas cultural, social e economicamente, a partir da visão destas mesmas categorias”. O MNDH classifica hoje os Direitos Humanos com a sigla DESCAs: direitos civis e políticos e os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais, e defende sua indivisibilidade, interdependência e universalidade.

É gritante, porém, a distância entre as declarações oficiais e a aplicabilidade dos direitos humanos no cotidiano da vida da maioria da população. Segurança social e alimentar? Acesso à moradia e ao trabalho para todos? Saúde e educação para todos? Direito dos prisioneiros? Direito ao julgamento justo? Direito ao meio ambiente saudável? Proteção à maternidade e à infância? O Documento de Aparecida (n. 65) contempla os rostos daqueles que possuem seus direitos básicos violados: comunidades indígenas e afro-americanas muitas vezes tratadas sem dignidade e igualdade de condições, mulheres discriminadas em razão de seu sexo, raça ou situação socioeconômica, jovens sem oportunidade de progredir na vida, pobres, desempregados, migrantes, deslocados, agricultores sem terra, famintos, sobreviventes na economia informal, crianças prostituídas, doentes e anciãos abandonados... Esta realidade revela que a “universalidade, a inviolabilidade e a inalienabilidade” dos direitos humanos permanecem como um ideal a ser perseguido com persistência; é uma realidade que permanentemente interpela a nossa fé e nos desafia à prática de um amor mais ousado e criativo.

A *Verbum Domini* (n. 101) alerta para a importância deste tempo histórico de afirmação dos direitos humanos: é uma “ocasião extraordinária para que a dignidade humana seja mais eficazmente reconhecida e promovida universalmente como característica impressa por Deus criador na sua criatura, assumida e redimida por Jesus Cristo através da sua encarnação, morte e ressurreição”. Para isto, lembra o que a Doutrina Social da Igreja orienta: “A difusão da Palavra de Deus *não pode deixar* (grifo nosso) de reforçar a consolidação e o respeito dos direitos humanos de cada pessoa”.

Reconciliação e paz

Há muitos e graves conflitos no mundo atual (n. 102). No Sínodo, testemunhos vivos o comprovaram. Neste contexto “é grande a necessidade de descobrir a Palavra de Deus como fonte de reconciliação e de paz”. Apesar de todas as nossas infidelidades, Deus nos reconciliou consigo através de Jesus Cristo e nos confiou o “ministério da reconciliação”. É o que Paulo recomenda à comunidade cristã de Corinto (2Cor 5,17-21). Ele nos interpela dizendo que “em nome de Cristo exercemos a função de embaixadores de Deus”. A função de embaixador é representar os interesses do seu governo em outro país. É defender os direitos dos seus cidadãos que moram em terra estrangeira. Portanto, ao exercer a função de embaixadores de Deus, colocamo-nos ao seu serviço nesta pátria provisória na qual peregrinamos. O serviço de Deus corresponde ao ministério da reconciliação.

Deus fez de todos os povos uma só família. Como tornar realidade esta proposta divina num mundo tão dividido e dilacerado? É necessário, segundo Paulo, estar afinado com Jesus Cristo que nos reconciliou com Deus. “Se alguém está em Cristo é nova criatura. Passaram-se as coisas antigas; eis que se fez realidade nova” (2Cor 5,17).

Estar em Cristo é ter os seus mesmos sentimentos e despojar-se de toda atitude de dominação, “nada fazendo por competição e vanglória, mas com humildade julgando cada um os outros superiores a si mesmo, nem cuidando cada um só do que é seu, mas também do que é de todos” (Fl 2,1-5). No entanto, a experiência histórica denuncia a tendência do ser humano ao egoísmo. Estamos imersos em estruturas alicerçadas na injustiça e na dominação de uns sobre outros. E a ideologia dominante tenta nos convencer de que esta situação é natural. É a imperiosa “lei do mais forte” que fere, cotidianamente, a dignidade humana e de toda a criação.

O caminho para uma realidade nova de superação de todas as expressões egoístas é o da reconciliação com base na justiça. Não faltam motivos para ressentimentos, divisões, brigas e vinganças. E cada lado do conflito considera-se cheio de razões para isso. Muitas vezes estes conflitos são historicamente graves e deixam feridas profundas abrangendo desde relações familiares até internacionais e inter-religiosas. Jesus Cristo “é a nossa paz... Ele derrubou o muro da separação e suprimiu a inimizade” (Ef 2,14). Para estabelecer a paz no mundo deu-nos o ministério da reconciliação que se caracteriza por um novo jeito de ser e de agir; ao invés de vingança: perdão mútuo; ao invés de distanciamento e inimizade: aproximação e fraternidade; ao invés de domínio de uns sobre outros: respeito à alteridade; ao invés de sentimentos e atitudes de superioridade: serviço mútuo.

Faz parte da identidade cristã a atitude de reconciliar-se com Deus através da reconciliação com os outros. Jesus nos revelou a inseparável relação entre

o perdão de Deus e o perdão ao próximo: “À medida com que medirdes sereis medidos também” (Lc 6,38). Confirmou esta verdade ao ensinar o Pai-nosso: “Perdoai-nos, assim como nós perdoamos” (Mt 6,12). A Pedro que vacilava a respeito da quantidade de vezes que se deve perdoar: “Até sete vezes”? Jesus respondeu-lhe: “Não te digo até sete, mas até setenta vezes sete” (Mt 18,21-22). Assim como necessitamos do pão cotidiano para o sustento do nosso corpo, também necessitamos constantemente do perdão mútuo para a saúde das nossas relações. *Verbum Domini* faz o apelo: “Fiéis à obra de reconciliação realizada por Deus em Jesus Cristo, crucificado e ressuscitado, os católicos e todas as pessoas de boa vontade empenhem-se em dar exemplos de reconciliação para se construir uma sociedade justa e pacífica” (n. 102). E diz também: “Quando anunciamos o Evangelho, exortamo-nos reciprocamente a cumprir o bem e a empenhar-nos pela justiça, pela reconciliação e pela paz” (n. 99).

A justiça em primeiro lugar

Justiça, reconciliação e paz: há uma decorrência lógica destes três valores sociais que caracterizam a “realidade nova” a que Paulo se refere. A justiça vem em primeiro lugar. Quando violada deixa tristes consequências. Deve ser restabelecida, pois é fundamento para a paz. O caminho que possibilita o abraço entre a justiça e a paz é a reconciliação (Sl 85,11).

A reconstrução das relações de justiça-reconciliação-paz implica, para os seus agentes, a coragem de assumir o caminho de “descida” à altura dos pequenos e fracos para, juntos, subir à terra prometida por Deus. É o que constatamos na origem e no desenvolvimento da tradição de fé judaico-cristã: Deus YHWH desce para libertar o povo da escravidão e fazê-lo subir à terra da liberdade (Ex 3,7-10); Jesus Cristo desceu à condição de escravo e tornou-se obediente até à morte para elevar todos à condição de filhos e filhas de Deus (Fl 2,6-11). Desse modo subverteu a expectativa de um messias triunfalista e dedicou boa parte de seu ministério público para introduzir os seus discípulos numa nova mentalidade: “Sabeis que aqueles que vemos governar as nações as dominam, e os seus grandes as tiranizam. Entre vós não será assim: ao contrário, aquele que dentre vós quiser ser grande, seja o vosso servidor, e aquele que quiser ser o primeiro dentre vós, seja o servo de todos” (Mc 10,42-44).

O Profeta Isaías Terceiro, ao descrever a utopia de uma sociedade reconciliada – um novo céu e uma nova terra –, indica como essa realidade se tornará possível: o lobo deverá pastar junto com o cordeiro e o leão deverá comer feno junto com o boi (Is 65,17-25). Portanto, a “descida” significa o fim de toda atitude de domínio e de violência, condição sem a qual se torna impossível um mundo novo de justiça, de liberdade, de paz e de fraternidade.

A caridade ativa

Continuando a reflexão sobre a Palavra de Deus e o compromisso no mundo, a *Verbum Domini* exorta para a prática da “caridade ativa” (n. 103). Certamente que a caridade, em seu sentido verdadeiro, é sempre ativa. O adjetivo ressalta “a necessidade de gestos concretos de amor porque só assim se torna credível o anúncio do Evangelho”. O texto que o documento sugere como indicador para a “caridade ativa” é o de 1Cor 13,1-13. Através desse hino, as comunidades cristãs primitivas anunciam o primado do amor. Na carta de Tiago encontramos a exortação: “Se alguém disser que tem fé, mas não tem obras, que lhe aproveitará isso? Acaso poderá salvá-lo? ... A fé, se não tiver obras, está totalmente morta” (Tg 2,14-17).

A Bíblia se caracteriza fundamentalmente como a história do amor de Deus para com a humanidade, desde o princípio da criação, passando pela celebração da Aliança e culminando com a encarnação de Jesus Cristo que veio “para que todos tenham vida e vida em abundância” (Jo 10,10). Ao longo desta história de amor, Deus se revela no meio das pessoas em situação de necessidades e identifica-se com elas. O apelo à conversão que perpassa toda a tradição bíblica, especialmente na mensagem profética e na prática de Jesus, significa voltar-se para as pessoas excluídas. O amor a Deus e ao próximo resume toda a Escritura Sagrada (Mt 22,40). O próximo é o sacramento de Deus. Por isso, “amar ao próximo como a si mesmo vale mais do que todos os holocaustos e sacrifícios” (Mc 12,33).

A Palavra de Deus, longe de nos afastar das realidades do mundo, nos faz mergulhar nelas e nos solidarizar com os sofredores. “Há uma íntima ligação entre a escuta amorosa da Palavra de Deus e o serviço desinteressado aos irmãos”. Citando Santo Agostinho, a VD conclui esta reflexão sobre a Palavra de Deus e a caridade ativa: “Quem julga ter compreendido as Escrituras, ou pelo menos uma parte qualquer delas, mas não se empenha a construir, através da sua inteligência, este duplo amor de Deus e do próximo, demonstra que ainda não as compreendeu”.

Os interlocutores prioritários

A *Verbum Domini* aponta quatro interlocutores prioritários do anúncio da Palavra de Deus: os jovens (n. 104), os migrantes (n. 105), os doentes (n. 106) e os pobres (n. 107). São os rostos que, a nível mundial, desafiam a missão evangelizadora da Igreja por estarem mais expostos às consequências do modelo socioeconômico atual. Em cada contexto social, porém, pode haver outras situações que reclamam atenção prioritária. O Documento de Aparecida, por exemplo, como vimos acima, apresenta os diversos rostos dos que sofrem na América Latina e Caribe (n. 65). As atuais Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (CNBB, doc. 102), elegem cinco urgências (cap. IV), entre as quais “a

Igreja a serviço da vida plena para todos”, atendendo ao clamor que emerge de diversas situações que afetam a dignidade da pessoa humana (cf. n. 62 a 70).

O anúncio da Palavra de Deus, como nos lembra a VD, “torna-nos atentos à história e a tudo o que de novo germina nela” (n. 105). Neste sentido, a realidade ecológica tornou-se desafio prioritário para a evangelização. “Há uma responsabilidade que nos compete como fiéis e anunciadores do Evangelho também a respeito da criação” (n. 108). A Bíblia, relida na ótica da ecologia, ajuda-nos a contemplar a criação com um novo olhar; ajuda-nos a resgatar a bondade de todas as coisas e, conseqüentemente, a cuidar como bons jardineiros, com profundo respeito e veneração, deste planeta Terra, nossa casa comum e nossa mãe nutriente. A justiça, a reconciliação e a paz podem ser verdadeiramente restabelecidas não apenas através da relação dialogal e fraterna entre os seres humanos, mas também com todas as demais criaturas.

A Palavra nos faz irmãos

Deus se revela à humanidade não de forma abstrata, mas com expressões relacionadas às diversas culturas, gerando valores fundamentais para uma existência sadia e uma convivência pacífica e fecunda. A Palavra de Deus “nunca destrói a verdadeira cultura, mas constitui um estímulo constante para a busca de expressões humanas cada vez mais apropriadas e significativas” (n. 109). A Bíblia se presta como um grande código para as culturas, oferecendo princípios e valores que influenciam positivamente sobre a humanidade, proporcionando comunhão entre os diversos povos. A Palavra nos faz “sair dos limites de cada uma das culturas para a universalidade que nos vincula a todos, a todos nos une e faz irmãos” (n. 116).

De fato, o anúncio da Palavra de Deus visa especialmente promover uma cultura do encontro entre todas as pessoas de boa vontade, de modo especial com aquelas pertencentes às diversas tradições religiosas, estabelecendo relações de mútuo aprendizado e de fraternidade universal. “O respeito e o diálogo exigem a reciprocidade em todos os campos, sobretudo no que diz respeito às liberdades fundamentais e, de modo muito particular, à liberdade religiosa. Tal respeito e diálogo favorecem a paz e a harmonia entre os povos” (n. 120).

“Estamos todos sob o signo da Palavra de Deus”, diz a *Verbum Domini* em sua conclusão (n. 121-123). Ela deve ser “anunciada, acolhida, celebrada e meditada”, pois constitui a base de toda a espiritualidade cristã autêntica e viva; cria comunhão e gera alegria profunda; renova e rejuvenesce a Igreja.

Celso Loraschi
Rua Dep. Antônio Edu Vieira 1524. FACASC
Pantanal, CP n. 5041
88040-001 Florianópolis, SC
loraschi@facasc.edu.br